

Conferência Livre
**Acesso Aberto:
Possibilidades e
Limites dos Acordos
Transformativos
e APCs**

Fundação Oswaldo Cruz

Presidência

Mario Santos Moreira

Chefe de Gabinete

Zélia Maria Profeta da Luz

Diretoria Executiva

Juliano de Carvalho Lima

Priscila Ferraz Soares (Diretora Executiva Adjunta)

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Cristiani Vieira Machado

Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

Hermano Albuquerque de Castro

Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB)

Maria de Lourdes Aguiar Oliveira

Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS)

Marco Aurelio Krieger

Elaboração técnica

Coordenação de Informação e Comunicação (Cinco/VPEIC)

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)

Escola Nacional em Saúde Pública (ENSP)

Esta obra é regida pela Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Os conteúdos deste documento protegidos por direitos autorais e podem ser utilizados para todos os fins não comerciais, respeitados e reservados os direitos morais dos autores.

© 2024 Fundação Oswaldo Cruz

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos

CEP 21045-900 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tel. 55 21 2598-4242

<http://www.fiocruz.br>



Fundação Oswaldo Cruz

Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs

Relatoria da Conferência Livre

2024

Documento de relatoria da Conferência Livre Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs realizada nos dias 9 e 10 de abril, pela Fundação Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, como contribuição para a 5o Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O evento teve transmissão ao vivo pelo Youtube e a gravação está disponível nos canais da VídeoSaúde e ENSP.

EQUIPE TÉCNICA

Comissão organizadora

- Ana Beatriz Aguiar (VPEIC/Fiocruz)
- Anne Clinio (VPEIC/Fiocruz)
- Leonardo Castro (ENSP/Fiocruz)
- Vanessa Jorge (VPEIC/Fiocruz) - Coordenadora
- Viviane Veiga (ICICT/Fiocruz)

Mesa de Abertura

- Vanessa Jorge, Coordenadora de Informação e Comunicação (VPEIC/Fiocruz)
- Viviane Veiga, *Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz / LICTS / PPGICS (ICICT/Fiocruz)*
- Maira Murrieta Costa, *Coordenadora de Gestão e Governança de Dados (MCTI)*

Palestrantes

- Andreia Vieira, Coordenadora do Portal de Periódicos da Capes
- Bárbara Neves Alencar, Coordenadora de Contratações de Conteúdo Científico do Portal de Periódicos da Capes
- Claudete Fernandes, Coordenadora do Repositório Arca / Fiocruz
- Cristina Guimarães, Professora do PPGIGS/ICICT/Fiocruz
- Paula Xavier, ex-Coordenadora da Cinco/VPEIC e atual Coordenadora-Geral de Inovação e Informática em Saúde do Ministério da Saúde
- Tatiana Pacanaro Trinca, Analista da Capes, Pesquisadora do CindaLab IBICT/UFRJ
- Vanessa Jorge, Coordenadora de Informação e Comunicação da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz

Coordenadores de mesa

- Luciana Dias de Lima, Vice-Diretora de Pesquisa e Inovação da ENSP/Fiocruz, Editora-chefe de Cadernos de Saúde Pública
- Vanessa Jorge, Coordenadora do Fórum de Ciência Aberta da Fiocruz
- Viviane Veiga, Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz/LICTS/PPGICS

Debatedores

- Angélica Ferreira Fonseca, Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Coordenadora do Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco
- Suely Deslandes, Pesquisadora do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz, Editora Associada de Cadernos de Saúde Pública

Relatores

- Adriano Silva (Biblioteca de Saúde Pública/ICICT)
- Anne Clinio (Cinco/VPEIC)
- Kizi Araújo (LICTS/PPGICS/ ICICT)
- Monica Garcia (Gestão de Acervos/Icict)
- Rosane Abdala (LICTS/PPGICS/ICICT)

Relatoria (versão final)

- Anne Clinio (Cinco/VPEIC)
- Vanessa Jorge (Cinco/VPEIC)

Diagramação

- Anne Clinio (Cinco/VPEIC)

F981a Fundação Oswaldo Cruz

Acesso Aberto: possibilidades e limites dos Acordos Transformativos e APCs. -- Rio de Janeiro, 2024.
30p.

Relatoria da Conferência Livre Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs, realizada nos dias 9 e 10 de abril de 2024, como contribuição para a 5o Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

1. Acesso Aberto. 2. Acordos transformativos. 3. Taxa de Processamento de Publicação (APC). I. 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Título.

CDD 028

Fundação Oswaldo Cruz

Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs

Relatoria da Conferência Livre

2024

SUMÁRIO

Apresentação	01
Programação	04
Bases Institucionais da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento	06
Um Olhar para o Futuro: Tendências e Perspectivas dos Acordos Transformativos	12
O Mercado da Publicação Científica e a Plataformização da Ciência: Riscos e Desafios	17
Principais Insumos e Contribuições	21
Tendências Emergentes	22
Recomendações	25
Desdobramentos	29
Oportunidades de Colaboração	30

APRESENTAÇÃO

A Fiocruz realizou a Conferência Livre “Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs” nos dias 9 e 10 de abril com objetivo de debater as atuais tendências e disputas ao redor deste movimento internacional e influenciar as definições da próxima Estratégia Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2024-2030.

A conferência contou com dois eventos. No primeiro dia, 9 de abril, das 9h às 12h, o Museu da Vida recebeu o debate “Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos”. Esta sessão foi organizada pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e contou com transmissão ao vivo pelo canal VídeoSaúde no YouTube.

Já no segundo dia, 10 de abril, o Núcleo de Ciência Aberta da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) promoveu a mesa de debate “O Mercado da Publicação Científica e a Plataformização da Ciência: Riscos e Desafios”. A sessão aconteceu na sala 410 do prédio da ENSP, das 14h às 17h, e contou com transmissão pelo canal da ENSP no YouTube.

As disputas ao redor do Acesso Aberto hoje

Ao promover a Conferência Livre “Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs”, a Fiocruz buscou estimular a colaboração para que pesquisadores, acadêmicos, profissionais, estudantes, editores científicos, alunos, gestores, entre outros interessados, contrastarem suas ideias e experiências no tema frente a uma nova conjuntura.

Atualmente, os chamados Acordos Transformativos estão impulsionando

a via dourada do Acesso Aberto – aquela que prevê o pagamento de taxas de processamento de artigos (Article Processing Charges, APC em inglês) para operacionalizar a abertura de publicações científicas. Trata-se de um modelo de negócio promovido por editoras comerciais globais, que adotaram o argumento da abertura do conhecimento, para manter o faturamento da indústria editorial. Sua principal estratégia é “transformar” o pagamento de assinaturas pelas bibliotecas para acessar catálogos em pagamento de taxas de publicação de artigos pelas instituições de pesquisa. Nesta concepção, o pagamento de APCs é a principal via (dourada) para viabilizar o Acesso Aberto à literatura científica.

Em uma perspectiva oposta, os defensores da via diamante do Acesso Aberto entendem que a comunicação científica deve ser mantida, em sentido amplo, pela comunidade científica e suas instituições. Acumulam-se críticas sobre a evasão de recursos públicos para oligopólios editoriais internacionais que praticam taxas abusivas e insustentáveis, agregando pouco valor ao processo, mas lucrando fortemente com a terceirização.

Na contramão desta tendência, advogam que a governança da comunicação científica deve ser realizada pela própria comunidade científica e suas instituições, que investiriam na manutenção de revistas de qualidade com recursos próprios, a partir de lógicas e interesses internos, isentando todos de pagamento de qualquer tipo de taxa. Seja para ler, seja para publicar.

Desdobramentos da Conferência Livre

As contribuições dos participantes da Conferência Livre foram sistematizadas e encaminhadas a 5a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que será realizada nos dias 4, 5 e 6 de junho, em Brasília, com o tema “Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido”.

A Conferência Nacional irá analisar os programas e os planos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2016-2023, e os seus resultados, com vistas a propor recomendações para a

elaboração da ENCTI 2024-2030. Os seus quatro eixos temáticos são: 1) Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2) Reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; 3) Ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; 4) Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Principais números da Conferência Livre

A Conferência Livre “Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs” recebeu 192 pedidos de inscrição por meio de formulário on-line, sendo solicitadas 182 inscrições para o primeiro dia (9/abril) e 179 para o segundo dia (10/abril).

Registra-se a preferência massiva pela participação on-line, realizada por meio da plataforma YouTube com a ferramenta de chat ativada para comentários e perguntas. No primeiro dia, dos 182 inscritos 139 pessoas preferiram a participação virtual. No segundo dia, dos 179 inscritos, 152 optaram pela participação on-line.

Ambos os eventos foram transmitidos ao vivo, registrando respectivamente 777 e 607 visualizações até o dia 14 de maio.

Destaques



PROGRAMAÇÃO

Lições Aprendidas e Novas Perspectivas do Acesso Aberto

Dia 9 de abril, Museu da Vida, com transmissão pelo canal da VídeoSaúde no YouTube

8h30 - Recepção

9h - Mesa de abertura

Vanessa Jorge

Coordenadora de Informação e Comunicação da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz

Viviane Veiga

Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz / LICTS / PPGICS do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) da Fiocruz

Maira Murrieta Costa

Coordenadora de Gestão e Governança de Dados do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

11h20 - Debate

9h30 - Bases Institucionais da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento

Coordenação: Vanessa Jorge, Coordenadora do Fórum de Ciência Aberta da Fiocruz

Relatoria: Rosane Abdala (LICTS/PPGICS/ICICT) e Adriano Silva (Biblioteca de Saúde Pública / ICICT)

Da Construção à Evolução de Ações em Acesso Aberto no ICICT: Homenagem à Ilma Noronha

Cristina Guimarães, Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde / ICICT/ Fiocruz

Política de Acesso Aberto ao Conhecimento: Uma Visão Histórica

Paula Xavier, ex-Coordenadora da Cinco / VPEIC e atual Coordenadora-Geral de Inovação e Informática em Saúde do Ministério da Saúde

A Contribuição dos Repositórios Institucionais para o Acesso Aberto

Claudete Fernandes, Coordenadora do Repositório Arca / Fiocruz

10h10 - Debate

10h40 - Um Olhar para o Futuro: Tendências e Perspectivas dos Acordos Transformativos

Coordenação: Viviane Veiga, Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz / LICTS / PPGICS
Relatoria: Kizi Araújo (LICTS / PPGICS / ICICT) e Monica Garcia (Gestão de Acervos / ICICT)

Diretrizes para Celebrar Acordos Read and Publish no Brasil a partir da Análise dos Acordos Transformativos da Alemanha e Colômbia

Bárbara Neves Alencar, Coordenadora de Contratações de Conteúdo Científico do Portal de Periódicos da Capes

Cenário Atual dos Acordos Transformativos na Capes

Andreia Vieira, Coordenadora do Portal de Periódicos da Capes

11h20 - Debate

O Mercado da Publicação Científica e a Plataformização da Ciência: Riscos e Desafios

Dia 10 de abril, Centro de Estudos Miguel Murat Vasconcellos, Prédio da ENSP, sala 410, com transmissão pelo canal da ENSP no YouTube

14h - Mesa de debate

Coordenação: Luciana Dias de Lima, Vice-Diretora de Pesquisa e Inovação da ENSP/Fiocruz, Editora-chefe de Cadernos de Saúde Pública
Relatoria: Anne Clinio (Cinco / VPEIC)

Ciência Aberta e Plataformização Acadêmica

Tatiana Pacanaro Trinca, Analista da Capes, Pesquisadora do CindaLab, IBICT/UFRJ

Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos na Fiocruz: Panorama e Recomendações

Vanessa Jorge, Coordenadora de Informação e Comunicação da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) da Fiocruz

Debatedoras:

Angélica Ferreira Fonseca

Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz e Coordenadora do Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco

Suely Deslandes

Pesquisadora do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz e Editora Associada de Cadernos de Saúde Pública

BASES INSTITUCIONAIS DA POLÍTICA DE ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO

Da Construção à Evolução de Ações em Acesso Aberto no ICICT: Homenagem à Ilma Noronha

Maria Cristina Soares Guimarães

Professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde /ICICT/ Fiocruz



Foto: Raquel Portugal - Multimeios / ICICT / Fiocruz

Na homenagem à Ilma Horsth Noronha, bibliotecária e ex-diretora do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (ICICT) da Fiocruz, a professora Maria Cristina relembrou o seu compromisso em situar a informação em ciência e tecnologia como campo de pesquisa e como aspecto central da atuação da própria Fiocruz. Essa perspectiva é anterior ao reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o lançamento do documento “Knowledge for Better” Health no final da década de 1990.

Comenta que a abertura do conhecimento para Ilma não era da ciência para a ciência apenas (ainda que reconhecesse como importante), mas estava alicerçada no seu engajamento em fazer chegar os artigos mais recentes até médicos e enfermeiros do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela idealizou, por exemplo, estratégias para que uma rede de bibliotecários apoiasse o InfoSaúde por meio da APCIS, uma associação das bibliotecas vinculadas à área de saúde, além de estruturar a informação científica sobre bancos de leite por meio da iniciativa Pingo de Leite. Na sua perspectiva, a abertura da ciência não precisava ter o carimbo da Ciência Aberta, pois Ilma a vivenciava cotidianamente.

A professora relembra outras ações importantes de abertura do

conhecimento, que contaram com o apoio de Ilma, citando a criação do repositório institucional Arca - a princípio concebido como um projeto de memória da produção científica do ICICT com apoio da Faperj. Nesta iniciativa, considera que o domínio da plataforma DSpace e atuação da professora Cícera Henrique da Silva na formação necessária em relação a metadados, organização, linguagens foram essenciais para a implementação do repositório em um momento anterior à definição da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz.

Na mesma época do lançamento do Arca, é fundada a Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis), periódico interdisciplinar do ICICT, editada desde 2007. Posteriormente, são criados o curso de especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS) e o Programa de Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS).

Ressalta que, nesses processos, primeiro vinha a prática e depois se criava a política, pois no entendimento de Ilma não se faz política com teoria, mas a partir do cotidiano e da experimentação.

Finaliza a homenagem afirmando que o passado orienta o futuro e que acredita que as realizações anteriores muito provavelmente irão nos orientar e impulsionar naquilo que poderemos vir a realizar no futuro, desejando que sejam motivo de orgulho para todos.

Acesso aos Dados de Saúde para Fins de Pesquisa

Paula Xavier dos Santos

ex-Coordenadora da Cinco/VPEIC e atual
Coordenadora-geral de Inovação e Informática
em Saúde do Ministério da Saúde



Foto: Raquel Portugal - Multimeios / Ictct / Fiocruz

Pontua inicialmente a importância das lições aprendidas com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que orientam o presente e a definição do que será realizado no futuro. Destaca a importância de um olhar crítico sobre a perda da centralidade dos repositórios institucionais e das revistas científicas diamante como estratégia de Acesso Aberto, lamentando a prioridade dada a um modelo de negócios que acumula lucros exorbitantes para editoras comerciais.

Mudando de assunto, passa a apresentar o tema do acesso a dados de saúde para fins de pesquisa, especialmente o programa SUS Digital, implementado pela Secretaria de Saúde e Informação Digital (Seidig) do Ministério da Saúde. Informa que a adesão ao programa é de 99,9% dos municípios brasileiros e que se trata da principal política de saúde digital, que inclui repasse de recursos a municípios, visando a transformação digital gradual do SUS.

Contextualiza que a Seidig e o DataSUS têm como responsabilidade a guarda, preservação e segurança dos sistemas nacionais de informação em saúde, além de definir os processos e fluxos para acesso a esses dados.

Comenta que atendem solicitações de acesso a dados primários de serviços em saúde por pesquisadores, mas que atualmente há uma demanda pelo acesso à bases completas para a vinculação com outras bases de dados. Nesse sentido, indica a necessidade de estabelecer um “novo ecossistema para pesquisa” que mobilize infraestruturas, plataformas, capacitação, políticas etc.

Destaca ainda a robustez dos Sistemas Nacionais de Informação, principalmente no campo da informação em saúde e sua contribuição para que o Brasil seja um dos países com melhor infoestrutura de saúde no mundo. Reconhece os desafios para a integração e interoperabilidade de dados do SUS, que realiza cerca de 2,8 bilhões de atendimentos por ano ao atender 70% da população brasileira. Algumas cifras do volume de dados da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) são: 1,1 bilhão de registros imunobiológicos; 37,3 milhões de registros de atendimento clínico (RAC) e 10,8 milhões de regulação assistencial (SISREG).

Apresenta a RNDS como uma plataforma de interoperabilidade, que integra diferentes estabelecimentos de saúde, de todas as regiões brasileiras, em vários níveis de atenção e de todas as regiões do País, comentando suas instâncias de governança e camadas de infraestrutura, infoestrutura de saúde digital e mecanismos de divulgação e disseminação. Nesta última camada, a plataforma “Meu SUS Digital” está disponibilizando novos tipos de informação, viabilizando inclusive a execução de políticas públicas como Dignidade Menstrual e Farmácia Popular, além de possibilitar a avaliação de serviços de saúde pelo cidadão. Atualmente oferece canais para acesso à informação em três perfis: cidadão, profissional e gestor.

Reconhece a inexistência de processos, fluxos, responsabilidades e prazos definidos para esse acesso às informações do SUS para fins de pesquisa. Nesse sentido, pontua a morosidade para acesso a extratos de dados por parte de pesquisadores e comenta a perspectiva da regulação desse fluxo por meio de uma portaria ministerial e de serviços que permitam o acesso por pesquisadores aos dados de modo a promover o seu reúso.

Contribuição dos repositórios digitais para o Acesso Aberto

Claudete Fernandes de Queiroz

Coordenadora do repositório
institucional Arca



Foto: Raquel Portugal - Multimeios / Icict / Fiocruz

Incicia sua fala lembrando as estratégias elencadas na reunião de Budapeste sobre o Acesso Aberto, destacando o repositório institucional como principal estratégia para viabilizar o acesso e a democratização do conhecimento científico.

Comenta que a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz está alinhada às iniciativas internacionais de apoio ao Acesso Aberto e à Integridade em Pesquisa, visando “garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual desenvolvida pela Fiocruz”.

Descreve o repositório institucional Arca, coordenado pelo Icict, como principal instrumento de efetivação da Política de Acesso Aberto, destacando que ele se tornou em 2015 um indicador global de desempenho da Fiocruz. O repositório adota o software livre Dspace e o protocolo de interoperabilidade Open Archive, indexado por serviços de busca nacionais, reúne 29 comunidades que representam as unidades técnico-científicas da Fiocruz, oferecendo 25 tipologias documentais para seus usuários, além de metrias alternativas (Altmetrics para redes sociais e Dimensions para citações).

Informa que a sua gestão conta com uma governança que inclui a participação dos Núcleos de Ciência Aberta, destacando a importância da atuação dos bibliotecários das unidades para o depósito da produção científica e para a qualidade dos metadados.

Apresenta produtos e serviços derivados do repositório Arca como o dicionário bibliográfico, o aplicativo FioLibras sobre conhecimento

científico de Covid para comunidade surda e o ChatBot para promover a acessibilidade, além da realização de campanhas em saúde. Sobre o crescimento anual do Arca, considera muito bom em termos de quantidade de depósitos e de acessos ao repositório por meio de ferramentas de busca como o Google.

Nas suas considerações finais, pontua a importância dos repositórios como fontes informacionais, estratégia de preservação digital e enfrentamento às fake news, reiterando a importância da preservação da memória de uma sociedade, seu patrimônio documental e valorização do conhecimento científico.

UM OLHAR PARA O FUTURO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DOS ACORDOS TRANSFORMATIVOS

Diretrizes para celebrar acordos Read and Publish no Brasil a partir da análise dos Acordos Transformativos da Alemanha e Colômbia

Bárbara Neves Alencar

Cordenadora de contratações de conteúdo
científico do Portal de Periódicos da Capes



Foto: Arquivo pessoal

A apresentação compartilha resultados de pesquisa de doutorado sobre Acordos Transformativos firmados pela Alemanha e Colômbia e que subsidiaram uma proposta de diretrizes para implantação de acordos do tipo Read and Publish pela Capes.

Inicia sua fala lembrando o contexto do surgimento do movimento do Acesso Aberto e suas principais estratégias, identificando a emergência dos Acordos Transformativos na chamada via dourada. O seu objetivo seria converter os recursos alocados em assinaturas de revistas científicas em novos modelos de negócios, baseados na perspectiva do Acesso Aberto e de caráter transitório. São eles: os Acordos de Compensação, no qual o valor utilizado no pagamento de APCs é debitado do valor da assinatura (para evitar o *double dipping*); e os contratos “Read and Publish”, que cobrem leitura e publicação. Atualmente, há mais de mil acordos negociados em mais de 70 países e 60 editoras, segundo relatório da ESAC de 2024.

A escolha dos países distintos objetiva explorar diferentes cenários. Segundo a palestrante, a Alemanha foi escolhida pelo fato de ter uma vasta produção científica em diversas áreas e pela celebração de um

Acordo Transformativo com as editoras Wiley e a Springer Nature. Já a Colômbia foi selecionada por seu pioneirismo na assinatura de Acordos Transformativos na América do Sul com contratos com três grandes editoras - a Elsevier, Springer Nature e Taylor & Francis.

Na Alemanha, as negociações foram conduzidas pelo Project Deal. O primeiro Acordo Transformativo foi assinado com a Wiley para o período de 2019 a 2021, com um valor fixo de APC de 2.750 euros por artigo publicado, priorizando os periódicos híbridos. Já a publicação em periódicos da via dourada, incluída no acordo, previa um desconto de 20% nas taxas de APC. No primeiro ano (2019), ficou estabelecido um limite de publicação de 9.500 artigos e, para os anos seguintes, a quantidade poderia ser ilimitada. Desta forma, no primeiro ano o valor total do Acordo foi de 26,1 milhões de euros. Nos anos seguintes, o valor do acordo varia conforme o número de artigos publicados. Após a assinatura, registra-se um crescimento exponencial da publicação em periódicos híbridos desta editora com um incremento de mais de 200% nos primeiros seis meses, chegando a 9.000 artigos no ano de 2020.

Com a editora Springer Nature, a Alemanha estabeleceu o mesmo valor de APC (2.750 euros por artigo publicado) para o período de 2020 a 2022 com foco nos periódicos híbridos e desconto de 20% nos APCs de publicações em periódicos da via dourada. Assim como no acordo com a Wiley, se estabeleceu o limite de publicação de 9.500 artigos no primeiro ano e quantidade ilimitada para os anos seguintes, registrando o mesmo valor de investimento total (2.1 milhões de euros). Este acordo não incluía a publicação nas revistas Scientific Report e Nature Communications. No quesito leitura, o acordo garantia o acesso a 1.900 periódicos, porém as revistas da editora Nature não estavam incluídas.

Na Colômbia, foram negociados acordos que contemplam apenas revistas híbridas das editoras Elsevier, Taylor & Francis e Springer Nature para o período de 2023 a 2024 por meio de um consórcio que reúne instituições de pesquisa, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação. Futuramente, pretende-se incluir as revistas da via dourada. Os acordos colombianos estabelecem limites de periódicos para todo o período do contrato, conforme a política de cada editora. Os valores de APCs também foram distintos: Taylor & Francis 3.000 dólares,

Elsevier 3.500 dólares e Springer Nature 3.196 dólares por artigo publicado.

A palestrante destaca que, em ambos os casos, a preferência pela publicação em periódicos híbridos vai na contramão do que é preconizado pelo Plan S. Com base nessas experiências, foram propostas algumas diretrizes para a implementação dos Acordos Transformativos pela Capes. São elas:

- Estabelecer limites de valor (a tendência é de aumento anual).
- Contemplar tanto as revistas híbridas quanto periódicos da via dourada.
- Justificar as escolhas de financiamento de APC para que os acordos funcionem como uma política de qualificação, que comunique pesquisa de qualidade e gerem maior visibilidade e a internacionalização da pesquisa brasileira.
- Customizar os acordos levando em conta as especificidades.
- Estabelecer a prática de dividir o custo de pagamento as APCs em caso de publicação com autores estrangeiros.
- Elaborar um roteiro que contemple três fases (preparação, negociação e implementação) para auxiliar o atingimento dos objetivos dos Acordos Transformativos.
- Promover a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.

Cenário Atual dos Acordos Transformativos na Capes

Andreia Vieira

Coordenadora do Portal de Periódicos
da Capes



A palestrante iniciou sua fala apresentando dados da produção científica brasileira, obtidos na base de dados aberta OpenAlex, que julga estar sendo gradativamente melhorada, ganhando maior consistência e integridade. Esta escolha se dá pelo fato de que nem toda a literatura brasileira é indexada nas bases comerciais e como apoio à iniciativas abertas. Atualmente, esta base indica que o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking de 2023, com 156.800 artigos publicados, sendo 75% em Acesso Aberto.

Na área das publicações científicas, a Capes mantém o Portal de Periódicos, que promove o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação por meio da democratização do acesso on-line à informação científica internacional de alto nível. Em 2023, o portal registrava mais de 6 milhões de usuários e 253 milhões de acessos oriundos de 447 instituições de ensino superior. Esta infraestrutura reúne 42 mil títulos de periódicos em texto completo e mobiliza um orçamento de 543 milhões de reais.

Após 22 anos de contratos para leitura, a Capes começou a repensar este modelo e fez uma consulta com pesquisadores cadastrados na base Plataforma Sucupira sobre o tema dos APCs. Entre as 17 mil respostas recebidas, destacam-se: a) 62,42% dos respondentes se mostraram contra o pagamento das APCs; b) que se for adotado, um preço razoável gira em torno de 100 a 500 dólares; c) apenas 18% dos respondentes afirmaram que a sua instituição tem alguma política para incentivar o Acesso Aberto; d) 83,18% já tiveram alguma experiência de não conseguir acessar algum conteúdo por restrição de pagamento.

Segundo a palestrante, o entendimento da Capes é que não basta pagar APCs. É preciso ter uma estratégia que utilize os Acordos Transformativos para alcançar o resultado desejado, que seria o Acesso Aberto.

Nesse sentido, a agência desenvolveu recentemente diversas ações: 1) Realizou o workshop Colaborativo Acesso Aberto e Acordos Transformativos no Portal de Periódicos e o Workshop das Américas sobre equidade na publicação científica; 2) Aumentou dos aportes de recursos para a plataforma Scielo 2024-2026; 3) Disponibilizou um hotsite sobre o tema; e 4) Publicou portarias que criam o Grupo de Trabalho de Acesso Aberto para debater o Portal de Periódicos e que permitem a contratação de serviços Read and Publish.

Além disso, a Capes em parceria com o CNPq, está investindo nos periódicos nacionais com o lançamento da chamada pública de apoio a editoração de publicações de alta especialização no valor de 3 milhões de reais.

A palestrante descreveu os primeiros acordos já firmados pela Capes. No contrato com a editora Springer Nature a publicação é limitada a 6 mil artigos no primeiro ano (cerca de 20% da produção) enquanto o acordo com a American Chemical Society (ACS) não apresenta limitação de número de artigos a serem publicados, mas deve ficar na média anual de 660 artigos/ano com pesquisador brasileiro como autor correspondente.

Destaca que 70% da produção científica nacional é elaborada por 20 instituições. Por isso, o Grupo de Trabalho está realizando treinamentos para auxiliar as outras instituições na sua qualificação para a publicação. Haverá ainda um dashboard público sobre os Acordos Transformativos com o objetivo de promover a transparência sobre esses contratos.

Finalizando sua fala, a representante da Capes elencou como pontos de atenção para garantir o Acesso Aberto: financiamento e sustentabilidade; reconhecimentos e incentivos; licenças e direitos autorais; políticas públicas; sensibilização e educação; infraestrutura tecnológica; colaboração internacional e transparência e integridade.

O MERCADO DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E A PLATAFORMIZAÇÃO DA CIÊNCIA: RISCOS E DESAFIOS

Ciência Aberta e Plataformização Acadêmica

Tatiana Pacanaro Trinca

Analista da Capes, Pesquisadora do CindaLab,
IBICT/UFRJ



Foto: Arquivo pessoal

A apresentação compartilha resultados de pesquisa sobre como o capitalismo de plataforma incide no ecossistema da pesquisa científica, suas repercussões e tensões com os princípios da Ciência Aberta.

A palestrante afirma que a situação atual é paradoxal. Por um lado, ampliam-se as iniciativas em prol da Ciência Aberta com a definição de políticas nacionais e institucionais. Por outro lado, o sistema de avaliação da ciência está fortemente baseado em indicadores quantitativos e ferramentas de plataformas privadas que estão em desacordo com os princípios e valores da Ciência Aberta. O modelo atual é altamente dependente de indicadores fornecidos por conglomerados internacionais que passaram de uma posição de combate ferrenho à abertura do conhecimento para uma adesão parasitária da Ciência Aberta.

Neste sentido, destaca que estudos demonstram que, por meio de aquisições verticais, esses oligopólios antes conhecidos como editoras científicas se transformaram em empresas globais de análises de dados e informações sobre todas as etapas da atividade científica. Se antes sua atuação se limitava a já lucrativa etapa de publicação de resultados de pesquisa no formato de artigo científico, agora buscam absorver todo o processo, produtos e avaliação científica para plataformas que operam

desde uma lógica comercial e privada.

A aquisição de repositórios, gerenciadores de referência, base de dados, periódicos, ferramentas de avaliação, entre outros serviços, visa oferecer soluções integradas que “agregam valor” desde o momento inicial de formulação de uma hipótese de pesquisa até a avaliação de pesquisadores e de instituições científicas. A expansão dos seus negócios reposiciona essas organizações como *data brokers* que coletam, agregam, armazenam e comercializam dados enriquecidos por tratamento, modelagem e visualizações.

Essas plataformas passam a subsidiar a tomada de decisão dos pesquisadores e gestores de instituições, criando uma forte dependência de seus produtos e serviços e informacionais como rankings, indicadores, métricas e adotam algoritmos opacos (desconhecidos). Para gestores, a Elsevier, por exemplo, oferece um conjunto de 30 métricas, panoramas para instituições e tendências nas áreas de pesquisa. Essa ferramenta já está sendo utilizado em editais da Capes (e outras instituições de financiamento), gerando um efeito de demanda contínua e dependência.

Na medida em que esses conglomerados também são proprietários de periódicos “de prestígio”, com alto fator impacto, suas plataformas são espaços de preparação de pesquisadores para obter as melhores performances em um regime de competição acirrada. A tendência é de aprisionamento dos diversos tipos de usuários nessas plataformas.

Finaliza sua apresentação destacando que o fenômeno de plataformização da ciência destrói a possibilidade de governança pública e democrática da ciência, que passa a operar por critérios, indicadores e ferramentas que não são definidos pela comunidade científica, mas por atores que operam com outras lógicas e interesses. A governança da ciência passa ter como agente central conglomerados privados que operam pela lógica comercial e vislumbrem atuar simultaneamente como treinadores e árbitros de toda atividade científica financiada pelo Estado com recursos públicos oriundos dos cidadãos.

Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos na Fiocruz: Panorama e Recomendações

Vanessa Jorge

Coordenadora de Informação e Comunicação da
Vice-presidência de Educação, Informação e
Comunicação da Fiocruz



A apresentação compartilha resultados do estudo realizado no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) de Acesso Aberto, formado no âmbito da Câmara Técnica de Informação e Comunicação, sobre pagamento de taxas de processamento de artigos pela Fiocruz. O GT elaborou recentemente uma minuta de termo de referência sobre o tema com o objetivo de subsidiar o debate sobre a atualização da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que completa 10 anos em 2024 e está sendo revista dado o novo contexto do movimento pelo Acesso Aberto.

Em uma pesquisa exploratória realizada pelo GT a partir de 30 mil artigos publicados nos últimos dez anos pela fundação, há um indicativo de que a via dourada representa 58% das publicações enquanto a via diamante concentrou 35% dos artigos. No Programa Capes Print, que busca incentivar a internacionalização da Pós-graduação, foram financiadas a publicação de 194 artigos entre 2019-2023 pelo valor de R\$1.204.680,75 - o valor médio do APC foi de R\$ 9.800, podendo chegar até R\$ 17.000. Segundo o Painel de Comércio Exterior da Fiocruz, o pagamento de serviços de publicação de artigos entre 2013 e 2023 custou R\$ 19 milhões.

Depois de apresentar os dados coletados em 5 diferentes fontes, propõe que os debates em instituições de pesquisa como a Fiocruz sejam conduzidos especialmente na regulação do pagamento de APCs com recursos do Tesouro nacional. Aponta-se para a necessidade de fortalecimento da via verde (repositórios institucionais) e da via diamante, que privilegia a manutenção de revistas pelas instituições de pesquisa, dispensando o pagamento de taxas de publicação por autores ou assinaturas para acesso ao seu conteúdo por bibliotecas e leitores.

Dado esse cenário, a política institucional está sendo revista de forma a lidar de maneira mais estratégica e estruturada com a crescente demanda dos pesquisadores pelo pagamento de APCs. Esta tendência vem sendo impulsionada por um modelo de negócios que coopta a ideia de uma Ciência Aberta para os chamados Acordos Transformativos.

Apesar do nome sugerir uma modificação substantiva, na realidade, se trata de contratos que amplificam a dependência do sistema de comunicação científica em relação a fornecedores que praticam valores injustificáveis, baseados no monopólio do mercado editorial, na economia simbólica do prestígio científico entre pesquisadores que, por sua vez, é retroalimentado e impulsionado pelo sistema de avaliação da ciência.

A estratégia dos APCs vem sendo incorporada por revistas científicas nacionais de menor porte que, em busca de uma estratégia de curto prazo para sua sustentabilidade dado o crônico subfinanciamento, não identificaram ainda a espiral de consequências para as próprias publicações assim como as repercussões negativas para todo ecossistema da pesquisa.

Neste sentido, lembrou que Declaração de Budapeste e outras referências canônicas do movimento do Acesso Aberto, incluindo a Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta, advogam por uma perspectiva muito diferente do proposto e praticado pelas editoras comerciais, que traz embutida a perspectiva da plataforma da ciência.

Concluindo, refletiu que a partir da trajetória da Fiocruz no movimento da Ciência Aberta, incluindo sua participação em fóruns que reúnem outras instituições públicas como a Parceria para o Governo Aberto (OGP), afirma a importância da inclusão deste tema na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

PRINCIPAIS INSUMOS E CONTRIBUIÇÕES

A Conferência Livre “Acesso Aberto: Possibilidades e Limites dos Acordos Transformativos e APCs” traz insumos valiosos para a próxima ENCTI na medida em que busca preencher lacunas sobre o tema da Ciência Aberta e, especialmente, a sua prática mais consolidada – o Acesso Aberto, propondo que ele seja tratado como um tema transversal para todos os eixos da Estratégia.

Nos documentos de referência da ENCTI, a temática aparece tangencialmente apenas no eixo Ciências Humanas e Sociais, na Linha Temática 1. Expansão, consolidação e internacionalização das CHS, que prevê como estratégia de implementação (iii) apoio à editoração de livros e periódicos nacionais, bem como ao acesso a publicações e repositórios virtuais de acesso aberto; tendo como atividade (iv) “apoiar a editoração de livros e periódicos nacionais, de acesso aberto, bem como a aquisição e disponibilização de livros e periódicos internacionais em bases de dados e repositórios virtuais de acesso aberto”; e meta “apoiar um programa de editoração para as CHS com vistas à ampliação do alcance nacional e internacional das publicações brasileira”.

Considera-se que essa lacuna se torna ainda mais crítica em um momento de acirrada disputa sobre o significado do acesso aberto à literatura científica com a investida de conglomerados internacionais da lucrativa indústria editorial acadêmica no ecossistema de produção e comunicação do conhecimento científico. Nos últimos anos, houve uma importante mutação na natureza dessas empresas, que passaram de editoras de artigos científicos em empresas globais de análises de dados e informações sobre todas as etapas da atividade científica. Se antes sua atuação se limitava a já lucrativa etapa de publicação de resultados de pesquisa no formato de artigo científico, agora buscam absorver todo o processo, produtos e avaliação científica para plataformas que operam desde uma lógica comercial e privada.

TENDÊNCIAS EMERGENTES

Durante a Conferência Livre, foram identificadas as seguintes tendências emergentes:

- Fuga de volumes expressivos do orçamento público de pesquisa para cobrir despesas com taxas de processamento de artigos. No contexto brasileiro, o APC chega a 10% do orçamento de pesquisa, se equiparando, segundo critérios do Banco Mundial, com países como Itália, Portugal e Coreia do Sul.
- O valor do APC é considerado uma prática predatória ao desestabilizar o ecossistema de comunicação científica. Segundo estudos, o custo de processamento de artigos gira em torno de U\$ 20 a U\$40 por página. No entanto, a definição do valor se baseia no prestígio da revista., sendo realizada de forma arbitrária, unilateral e sem transparência (há cláusulas de confidencialidade sobre valores praticados).
- A experiência de outros países com Acordos Transformativos e “vouchers de publicação” mostra que não há capacidade de publicar no tempo determinado no contrato. Por isso, “sobram APCs” que não deixam de ser pagos pelos cofres públicos.
- A lógica de vouchers estimula a chamada “ciência salame” em que os resultados de pesquisa são divididos em vários artigos para aumentar o número de publicações e melhorar a avaliação de produtividade do pesquisador.
- Registram-se casos de pagamento de APCs para publicação em revistas com pouca relevância internacional em detrimento de revistas nacionais de qualidade.
- Novo impulso dado a via dourada por meio dos Acordos Transformativos tende a fagocitar editoras locais e boas revistas nacionais, transformando a comunicação científica em um mercado de investimento no qual a revista em que o autor publica é um valor em si, um capital simbólico.

- Momento atual é de revisão de políticas nacionais e institucionais por governos nacionais e financiadores privados de pesquisa, destacamos:
 - Abandono do pagamento de APCs por financiadores privados relevantes no campo da Saúde, como a Fundação Bill e Melinda Gates e a Wellcome Trust, que modificaram suas políticas de Acesso Aberto, estabeleceram plataformas próprias de publicação e passaram a exigir a disponibilização imediata de resultados de pesquisa no formato preprint.
 - Revisão de política de Acesso Aberto pela Coalition S (em consulta pública) ao identificar os efeitos negativos do seu estímulo anterior aos APCs.
 - Estudo pela União Europeia para o estabelecimento de uma plataforma própria de publicação.
 - Tendência das agências dos EUA passarem a exigir o Acesso Aberto como padrão a partir de 2026.
- Multiplicam-se as iniciativas internacionais que buscam a modificação de critérios de avaliação da ciência tais como a Declaração de São Francisco (Dora), Coalition for Advancing Research Assessment (CoARA), Fórum Latino-Americano de Avaliação da Pesquisa (Folec-Clacso) e a Declaração de Barcelona.
- No Brasil, a Capes tende a adotar os Acordos Transformativos com a celebração do primeiro contrato com a American Chemical Society.
- Subinvestimento crônico na editoração científica nacional parece se manter a regra. Recentemente, um edital de apoio à editoração previa um investimento de R\$ 24 mil por periódico enquanto o valor médio de um APC pago pela Fiocruz é de R\$ 9,6 mil.
- Manutenção dos critérios atuais de avaliação pela Capes até 2029 apesar dos debates intensos sobre a valorização de uma perspectiva quantitativa de produtividade científica, incentiva condutas e práticas inadequadas, tais como:
 - Assédio de editoras de revistas científicas com práticas predatórias sobre os pesquisadores por meio de e-mails que ofertam “publicação rápida e barata” de artigos.
 - Aumento comprovado do número de revistas científicas com condutas editoriais predatórias, inclusive entre aquelas anteriormente já estabelecidas, que se convertem em megajournals com critérios de qualidade reduzidos.

- Aumento de artigos retratados por falhas na revisão por pares, problemas de integridade etc.
- Ausência de instrumentos para aferir adequadamente a qualidade e a relevância social do conhecimento produzido por pesquisadores e instituições de pesquisa.
- Investimento de tempo e recursos financeiros em uma estratégia reconhecidamente insustentável.

RECOMENDAÇÕES

Durante a Conferência Livre, foram propostas as seguintes recomendações:

Nível estratégico

- Estabelecer uma política pública nacional de Acesso Aberto comprometida com a mudança social e de inclusão.
- Revogar políticas que reforcem a transferência massiva dos recursos públicos brasileiros para monopólios internacionais em detrimento do investimento em infraestruturas abertas orientadas para o benefício público.
- Reconhecer a insustentabilidade do pagamento de taxas de processamento de artigos no Acesso Aberto para os cofres públicos e estabelecer uma estratégia nacional e um plano de ação (consistente de recursos e ações) para viabilizar em curto, médio e longo prazo o Acesso Aberto sem pagamento de taxas.
- Rever os incentivos aos Acordos Transformativos e de pagamento de APCs pelo governo brasileiro e redirecionar os recursos para investimentos estruturantes em ciência e publicação científica.
- Estabelecer espaços de informação, debate e participação democrática na definição de políticas públicas pela comunidade científica, reconhecendo os diferentes atores e seus interesses diversos.
- Promover uma mudança cultural que trate da questão arraigada entre os pesquisadores de que o seu capital simbólico e científico advém do prestígio da revista na qual publica seus resultados de pesquisa.
- Reconhecer que o sistema internacional de avaliação da ciência é orientado por e para interesses do Norte Global e implementar outros indicadores e parâmetros que privilegiem o contexto, os desafios e os interesses da sociedade brasileira.

- Adotar as Recomendações da Unesco para Ciência Aberta, especialmente no que se refere a valorização de outros saberes, outras epistemologias e atores desde uma perspectiva do Sul global.
- Reconhecer a assimetria de tratamento dispensado às revistas nacionais, passando a tratá-las com isonomia em relação a fornecedores internacionais. Considera-se que a via diamante reúne periódicos nacionais que cumprem critérios de excelência. No entanto, os editais de fomento à editoração científica oferecem valores ínfimos se comparados com o que os recursos previstos para o pagamento de APCs.
- Conceber as revistas diamante nacionais como infraestruturas abertas que prestam serviço relevante e mantem um pujante ecossistema da Ciência Aberta sem fins lucrativos na América Latina, investindo na sua profissionalização e sustentabilidade a longo prazo a partir do protagonismo do Brasil na região.
- Adotar uma perspectiva de internacionalização que não reforce a “supremacia linguística” do inglês como língua universal da ciência e a colonialidade do saber.
- Promover um Acesso Aberto coerente com os princípios da Saúde Coletiva no sentido de ser instrumento para a redução da desigualdade por meio do conhecimento, da incorporação de novos sujeitos na produção do conhecimento.

Níveis tático e operacional

- Sensibilizar a comunidade científica por meio de informação qualificada e processos de formação sobre a importância do Acesso Aberto diamante e outras infraestruturas abertas e sem fins lucrativos.
- Modificar os critérios de avaliação da ciência, a partir da participação efetiva e democrática da comunidade científica, de modo a estimular uma prática mais solidária, colaborativa, responsiva e com maior responsabilidade social.
- Propiciar maior autonomia para que áreas do conhecimento estabeleçam seus critérios e parâmetros e indicadores de avaliação.
- Abandonar o fator de impacto como métrica para avaliar pesquisadores, Programas de Pós-graduação e revistas científicas.
- Estabelecer a redução gradual de recursos públicos empregados no pagamento de APCs.

- Adotar critérios de avaliação que valorizem a publicação em revistas nacionais diamante em processos de admissão de professores permanentes nos programas, valorização das carreiras e concessão de bolsas.
- Rever o imperativo da publicação em revistas internacionais na medida em que esse critério não é adequado para todas as áreas de conhecimento e inviabiliza a comunicação de resultados de pesquisa com o entorno nacional.
- Estabelecer linhas de ação para uma implementação de uma estratégica do Acesso Aberto nas instituições de ensino e pesquisa.
 - Na via verde:
 - Fortalecer a operação dos repositórios institucionais.
 - Na via dourada:
 - Estabelecer metas de redução gradual de pagamento de APCs com recursos do Tesouro.
 - Monitorar e avaliar, de maneira periódica, a aplicação de recursos públicos nesse tipo de despesa, para subsidiar decisões gerenciais.
 - Questionar o pagamento de APCs em revistas híbridas.
 - Na via diamante:
 - Criar incentivos para pesquisadores e alunos de Pós-graduação a publicar em revistas diamante.
 - Fortalecer as editoras científicas brasileiras (artigos científicos e livros acadêmicos) para garantir a sustentabilidade da via diamante.
- Investir em infraestruturas abertas de governança democrática e pública.
- Viabilizar infraestruturas abertas federadas que compartilhem um protocolo comum entre países para a colaboração aberta, potencializando o uso de recursos públicos, a ciência brasileira e a abertura do conhecimento.
- Investir na formação de uma massa crítica sobre Acesso Aberto entre os alunos de Pós-graduação como parte da sua formação, destacando sua responsabilidade na abertura do conhecimento e retroalimentação do ecossistema científico.
- Investir na qualificação dos alunos de Pós em escrita acadêmica em português e inglês.

- Incluir os movimentos negros e indígenas no debate do acesso aberto ao conhecimento, que não deve ser restrito a professores, pesquisadores e o movimento estudantil.
- Incentivar à utilização de bases e fontes de informação não comerciais para avaliação da ciência brasileira.
- Incentivar a sustentabilidade e ampliação da plataforma Scielo visando garantir a representatividade dos periódicos nacionais.
- Investir na qualificação dos periódicos nacionais diamante por meio de uma política de financiamento regular, que contemple todos os periódicos (reverter parte do orçamento utilizado em APCs nos periódicos diamante).
- Implementar um modelo de avaliação que valorize mais o Acesso Aberto e menos o Fator de Impacto dos periódicos.
- Promover a articulação entre instituições:
 - Mobilizar as instituições que compõem o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia para o enfrentamento coletivo da questão para a formulação de políticas públicas de Acesso Aberto.
 - Reduzir a disparidade e a falta de isonomia dentro das instituições públicas no que se refere a ações de Acesso Aberto.
 - Implementar uma visão decolonial da publicação científica.
 - Fomentar que universidades e instituições de pesquisa estabeleçam uma política institucional de Acesso Aberto com orçamento para viabilizar e fortalecer as revistas de Acesso Aberto diamante, além de outros recursos que apoiem a publicação de resultados de pesquisa da Pós-graduação (assessoria técnica, revisão, tradução etc).

DESDOBRAMENTOS

A Fiocruz seguirá tratando o tema no âmbito interno a partir da revisão de sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento e de ações do seu Programa de Desenvolvimento de Pessoas para o Ecossistema da Ciência Aberta, que objetiva capacitar trabalhadores nesta temática.

A fundação também se articula em fóruns e outros espaços de mobilização e colaboração com instituições da administração pública e sociedade civil organizada. Entre elas, destacamos a sua atuação na Parceria pelo Governo Aberto que, nos últimos três Planos de Ação, vem tratando do tema da Ciência Aberta como uma de suas prioridades.

Considera-se que essa lacuna se torna ainda mais crítica em um momento de acirrada disputa sobre o significado do Acesso Aberto à literatura científica com a investida de conglomerados internacionais da lucrativa indústria editorial acadêmica no ecossistema de produção e comunicação do conhecimento científico.

Nos últimos anos, houve uma importante mutação na natureza dessas empresas, que passaram de editoras, que realizavam o processo editorial de artigos científicos em empresas globais de análises de dados e informações sobre todas as etapas da atividade científica. Se antes sua atuação se limitava a já lucrativa etapa de publicação de resultados de pesquisa no formato de artigo científico, agora buscam absorver todo o processo, produtos e avaliação científica para plataformas que operam desde uma lógica comercial e privada.

OPORTUNIDADES DE COLABORAÇÃO

A Fiocruz acumula larga trajetória em temas de Ciência Aberta com a definição de políticas institucionais, infraestruturas próprias, iniciativas de educação e articulação com outras organizações nacionais e internacionais. A fundação se coloca à disposição da V Conferência Nacional para possíveis esclarecimentos, compartilhamento de informações adicionais e participação em debates sobre essa temática.

Para mais informações sobre as ações de Ciência Aberta na fundação, consultar o [**Sumário Executivo da Ciência Aberta na Fiocruz 2023**](#) ou a seção [**Ciência Aberta do nosso portal**](#).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

